

## **DADOS DOS TRABALHOS DA PJ - INSTAURAÇÃO DE PROCESSOS, TRABALHOS DE EXECUÇÃO DA LEI E POLICIAMENTO COMUNITÁRIO EM 2023**

Antes de tudo, queria dar as boas vindas aos responsáveis e representantes dos órgãos de comunicação social que estão presentes neste Encontro Anual do Ano Novo Lunar 2024.

A PJ tem dado grande importância à relação com a imprensa, através do encontro com os meios de comunicação social que se realiza anualmente, em vésperas do ano novo lunar, no qual apresentamos a situação geral da criminalidade em Macau e o ponto da situação do trabalho desenvolvido no ano anterior. Ao longo dos três anos passados, em articulação com o trabalho de prevenção da epidemia, embora tenha sido impossível haver o encontro com a imprensa, a PJ persistiu na divulgação dos dados relativos ao trabalho, no sentido de garantir o direito à informação para a comunicação social e para o público bem como a sua fiscalização. Aqui, em representação da PJ, eu gostaria de manifestar os meus agradecimentos aos órgãos de comunicação social pelo seu apoio e compreensão acerca do trabalho desenvolvido pela PJ. Irei agora mostrar o trabalho realizado pela PJ no ano passado no âmbito da salvaguarda da segurança nacional e da segurança da sociedade, assim como na implementação dos três conceitos policiais. No fim, irei responder às vossas perguntas.

Em 2023, o trabalho na área da defesa da segurança do Estado entrou numa nova fase e embarcou numa nova jornada. Com a liderança da Comissão

de Defesa da Segurança do Estado da RAEM e do superior hierárquico, a PJ esteve plenamente empenhada em participar no trabalho de defesa da segurança nacional, incluindo o apoio dado a nível de revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado e no funcionamento eficaz da Comissão de Defesa da Segurança do Estado da RAEM e do Gabinete da Comissão, a participação na organização da “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional” e em outras tarefas importantes que nos foram atribuídas, onde se alcançaram bons resultados.

Na área de execução da lei, o Departamento de Segurança da PJ foi criado há mais de três anos e, tem vindo a melhorar constantemente a sua gestão interna e a capacidade de execução da lei, conseguiu dar uma forte resposta face às ameaças colocadas pelas forças externas desde que a sociedade retomou a normalidade, adoptou uma série de medidas eficazes contra infiltração, espionagem, interferência e sabotagem. A par disso, com a coordenação do superior hierárquico, a PJ aprofundou o trabalho na divulgação e educação da segurança nacional, continuou a realizar actividades de divulgação da Lei relativa à defesa da segurança do Estado, intensificou também as acções regulares de sensibilização e de educação sobre a segurança nacional. De entre estas, arrancou oficialmente, no quarto trimestre do ano passado, a palestra temática sobre a segurança do Estado nas escolas, por forma a consolidar a consciência dos jovens nesta área.

Em relação à defesa da cibersegurança, o Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança (CARIC), enviou 214 mensagens de alerta aos operadores das infra-estruturas críticas, um aumento de 45,6%, face ao período

homólogo do ano anterior, e recebeu 31 comunicações de incidentes, o que representa uma descida anual de 36,7%; foram detectados 5.800 ataques cibernéticos e acções de espionagem às infra-estruturas críticas numa base média diária, uma subida anual de 5,5%. Registou-se um aumento da capacidade de detecção e do envio das mensagens de alerta, mas uma descida contínua do número de incidentes de cibersegurança, isto demonstra que a situação da cibersegurança em Macau está a melhorar constantemente. No ano passado, o CARIC concluiu, sucessivamente, a optimização do sistema de percepção de cibersegurança e a construção da plataforma de informação de ameaças da cibersegurança, o CARIC está a empenhar-se em melhorar a capacidade de detecção de riscos e ameaças de cibersegurança. As vulnerabilidades existentes nos sistemas continuam a ser a principal causa dos incidentes de cibersegurança em Macau, o CARIC está a elaborar as “Directrizes técnicas para a gestão de vulnerabilidades”, ajudando assim as infra-estruturas críticas a ter uma melhor gestão e melhor controlo dos riscos relativos à cibersegurança.

Desde o levantamento total das limitações fronteiriças no início de 2023, a sociedade e a economia recuperaram rapidamente e a população flutuante aumentou, ao mesmo tempo, uma crescente incerteza veio para a ordem pública. No ano passado, foram instaurados 12.390 processos, o que significa uma subida de 43,9% face ao ano anterior, contudo, em comparação com o ano 2019, houve uma descida de 20,5%; desse número, 6.804 são inquéritos e denúncias, o que representa uma subida de 52,2% face ao ano anterior, também uma subida de 7,1% em relação a 2019. Nesse período, o número total dos processos concluídos foi de 10.480, 2.516 indivíduos foram encaminhados para

os órgãos judiciais. Para permitir que os órgãos de comunicação social e o público percebam melhor a situação da instauração dos processos, a PJ publicou os dados estatísticos sobre crime de 2023, anexando os dados de 2022 e 2019, para que sejam públicos e possam ser tomados como referência.

Em geral, com a recuperação do sector do jogo, especialmente no segundo semestre do ano, registou-se um aumento constante de turistas a entrarem em Macau, o número de processos criminais instaurados no ano transacto equivale já ao antes da epidemia. Ao longo do ano passado, os casos graves continuam a manter-se a níveis muito baixos ou até a zero, a maior parte dos crimes, tais como aqueles ligados ao jogo, aos estupefacientes, a roubo e furto, entre outros, embora se tenha registado um aumento do número de processos face ao ano anterior, este número ainda é inferior ao de 2019, por sua vez, as burlas que envolvem telecomunicações e o crime cibernético, mantiveram uma tendência de aumento gradual, que é superior ao do período antes da epidemia; embora a ordem pública continue a manter-se favorável e estável, os prejuízos causados ao público, pelos crimes que não requerem contacto físico, tiveram um aumento gradual, isto não apenas traz mais desafios ao trabalho de investigação criminal, mas também torna mais necessário que o público esteja atento com a prevenção criminal a nível individual.

Face às alterações da situação criminal, a PJ, sob a orientação dos três conceitos policiais, e com foco no melhoramento das acções em resposta ao aumento dos riscos da criminalidade transfronteiriça, o reforço do combate aos crimes relacionados com o jogo e o aprofundamento multidimensional do trabalho anti-burla, lançou muitas medidas de prevenção e controlo e

conquistou alguns resultados, conseguiu-se assim salvaguardar a segurança da comunidade e proteger os direitos e interesses da população.

Quanto aos crimes graves e violentos, a PJ instaurou no ano passado 4 inquéritos de homicídio, 45 de fogo posto e 33 de roubo, não houve nenhum caso de ofensas corporais graves e de rapto. Tendo em conta a imprevisibilidade dos crimes em causa e da séria ameaça para a vida, a PJ, com o objectivo de acelerar a resolução do caso através da investigação rápida e repressão do crime, continua a melhorar os procedimentos sobre recepção e investigação dos casos, realiza regularmente ensaios e tenta melhorar a capacidade de resposta a emergências e de coordenação entre as subunidades. Graças a mecanismos de intervenção eficazes e à cooperação estreita a nível transfronteiriço, todos os casos de homicídio ocorridos no ano transacto, foram resolvidos no espaço de 24 horas e foram apurados, com rapidez, factos relativos a alguns casos graves, o que afirma o Estado de direito e a autoridade da lei. No início deste ano, foram criadas duas inspectorias sob a tutela do Departamento de Investigação Criminal, com vista a aperfeiçoar o sistema de gestão, fortificar a supervisão da direcção e melhorar a eficácia do trabalho policial, para assim responder à situação comunitária e à conjuntura criminal cada vez mais complexa.

No ano passado, foram instaurados 50 processos por tráfico de estupefacientes, o que representa um aumento de 13,6% em relação ao ano anterior e uma diminuição de 43,8% em relação a 2019; registaram-se 9 casos de consumo de droga, uma descida de 18,2% e 78,6%, respectivamente em comparação com 2022 e 2019, neste sentido, a tendência para uma baixa

incidência dos crimes ligados à droga manteve-se inalterada. À medida que o transporte aéreo retomou a normalidade, a PJ intensificou em todas as frentes a detecção de droga nas fronteiras e a troca de informações neste âmbito, resolveram-se assim, ao longo do ano transacto, 12 casos de tráfico de droga no aeroporto e 2 em encomendas; nas alturas de altos riscos, por exemplo, no início da flexibilização do controlo da imigração e na aproximação dos feriados nos finais do ano, reforçaram-se as acções específicas e conseguiu-se resolver vários casos de narcotráfico transfronteiriço, o que prova a eficácia que resulta das medidas tomadas. A PJ irá continuar a seguir as quatro directrizes, isto é, enfatizar as informações, intensificar o combate, sensibilizar contra a droga e dar impulso às tecnologias, entregando-se a aprofundar de forma constante o trabalho de prevenção e controlo e reforçar as acções de combate à droga.

2023 foi o ano em que o sector do jogo de Macau entrou numa nova fase. Com o aumento significativo do número de turistas, a PJ efectuou uma prevenção rigorosa do retorno dos crimes relacionados com o jogo. Ao longo do ano passado, registaram-se 1.107 inquéritos e denúncias relacionados com este tipo de crime, ou seja, uma diminuição de 48,7% em comparação com 2019. No ano passado, a criminalidade ligada ao jogo demonstrou três características notáveis: 1) os crimes graves de jogo diminuíram significativamente em comparação com o período antes da epidemia, a agiotagem relacionada com o jogo e os casos de sequestro diminuíram 80,2% e 90,4%, respectivamente, em comparação com 2019; 2) aqueles que aproveitam da exploração do jogo para a prática de jogo ilícito e branqueamento de capitais, basicamente desapareceram, o que garante que a indústria do jogo está a enveredar por caminho saudável e correcto; 3) a troca ilegal de dinheiro para

jogo continua activa e constitui um sério risco para a segurança nas zonas em volta dos casinos.

A repressão das actividades dos burlões da troca ilegal de dinheiro tem sido uma das prioridades da PJ nos últimos anos. Em relação às rusgas, a PJ intensificou o seu trabalho, foram constituídas mais equipas de patrulha nas subunidades competentes. Além disso, a PJ tem organizado, diariamente, equipas de patrulha interdepartamentais para, com uma maior força policial, organização e frequência, realizar um combate sistemático contra este tipo de burlões dentro e fora dos casinos. No ano transacto, com a colaboração com o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) e as empresas do jogo, foram interceptados mais de 11.000 burlões da troca ilegal de dinheiro, e comunicados à Direcção de Inspecção e Coordenação de Jogos (DICJ) os dados sobre 2.048 burlões, para os procedimentos de interdição de entrada nos casinos. Para realizar o combate na origem, a PJ tem mantido a cooperação com a polícia da China continental para reprimir e investigar a origem dos burlões e da cadeia dos capitais. Quanto ao melhoramento dos regimes, a PJ, além de incrementar de forma contínua, a cooperação com a DICJ no exercício da lei e na inspecção, tem mantido a comunicação estreita com os serviços de justiça e financeiros, para discutir sobre a introdução de ferramentas para reprimir a troca ilegal de dinheiro. No que diz respeito ao trabalho de sensibilização, a PJ realizou, no ano passado, 10 rondas de divulgação sobre prevenção da troca ilegal de dinheiro, destinadas aos turistas, assim como enviou pessoal para realizar acções de divulgação nas áreas de entrada dos postos fronteiriços, nas paragens de autocarros *shuttle* para os hotéis, bem como fora e dentro dos casinos, para dar a conhecer aos turistas a ilicitude e os

riscos da troca ilegal e melhorar o seu sentido de cumprimento da lei.

Desde que o surto da epidemia causou o aumento das actividades na *internet* por parte da população, houve uma subida das burlas em telecomunicações e cibernéticas, com uma intensificação a longo do ano passado. Nesse período, houve 407 casos de burla telefónica, o que representa um aumento de 2,6 vezes em relação ao ano anterior, o principal esquema utilizado é fazer-se passar por funcionário dos órgãos governamentais. Houve 871 burlas praticadas na *internet*, o que corresponde a um aumento de 42,8% face ao ano anterior. As burlas como o *pig-butchering*, burla com compra de bilhetes, burla em compras *online*, burlas que envolvem o aumento do registo das encomendas e pagamento de gorjetas, entre outros esquemas, têm vindo a ocorrer com mais frequência. Verificaram-se 329 casos relativos ao furto de dados de cartões de crédito para compras *online*, o que representa um aumento de 89,1%, em relação ao período homólogo. Cerca de metade da fuga de dados dos cartões, tinha origem em *phishing sites*. Registaram-se 133 casos de extorsão de *nude chat*, o que representa uma subida de 52,9% relativamente ao ano anterior, sendo que, em 2019, só houve 5 casos desse tipo de crime, denotando-se o acentuar da existência de riscos da criminalidade decorrentes da alta popularização das redes sociais, após a pandemia.

Para garantir a segurança patrimonial, a PJ criou o Centro de Coordenação de Combate às Burlas no ano passado, e ao qual foram atribuídas as funções de coordenação e planeamento, investindo-se nele muitos recursos para promover, de forma abrangente e aprofundada, as três tarefas de prevenção, recuperação e combate. Apesar de ter feito amplas campanhas de

sensibilização, ainda existem pessoas que se tornam vítimas de burlas. A PJ não desanima e insiste em manter as acções de divulgação e educação nesta área para todos, tanto *online* como fisicamente. Ao longo do ano transacto, foram realizadas 528 campanhas de sensibilização relativas às burlas e foram contactadas mais de 107.000 pessoas, inclusive, foi realizada, pela primeira vez, a semana de sensibilização de prevenção da burla na comunidade, uma acção em grande escala. Ao mesmo tempo, efectivou-se a cooperação com os diferentes sectores da sociedade para maximizar o alcance da propaganda, por exemplo: a colaboração com a Direcção dos Serviços de Educação e de Desenvolvimento da Juventude e com o CPSP para aumentar a divulgação para os estudantes, especialmente aqueles das instituições do ensino superior; foi organizado o centro de experiências anti-burla e palestras com as associações; foram desenvolvidas actividades de prevenção das burlas adequadas aos profissionais, juntamente com os sectores do jogo, bancário e outras indústrias. As actividades de prevenção neste âmbito tiveram o maior número de sessões e de participantes em relação aos anos anteriores, com formas de realização interessantes e variadas. Perante a grave situação das burlas, a PJ está a planear a instalação de aplicativos anti-burla nas principais plataformas de comunicação no sentido de usar a tecnologia para melhorar a eficácia na luta contra as burlas.

Além disso, com a ajuda proactiva do sector bancário, conseguiu-se persuadir e cessar o pagamento de 531 casos de burla no ano passado, que envolviam mais de 130 milhões de patacas. Ao longo do ano, a PJ comunicou aos bancos, por iniciativa própria, 361 contas bancárias supostamente envolvidas nas burlas, e estes tomaram medidas de alerta, de congelamento

etc., o que desempenhou um papel importante na intercepção do dinheiro burlado e na recuperação dos prejuízos. Em relação aos *phishing sites*, a PJ estabeleceu um mecanismo de bloqueio rápido com o sector das telecomunicações desde Julho do ano passado para evitar perdas causadas por acessos errados, foram assim bloqueados, até finais de Dezembro, 194 *phishing sites*.

No que diz respeito ao combate a grupos criminosos estrangeiros, a PJ tem continuado a desenvolver a cooperação transfronteiriça e a efectuar investigações conjuntas com as autoridades policiais do exterior. Em relação às actividades de burla praticadas em Macau, a PJ fez todos os esforços para as reprimir, e conseguiu desmantelar 3 esconderijos de burla telefónica e a deter 134 membros de redes de burla durante o ano passado. A PJ continua a consolidar a cooperação com os órgãos de segurança pública da China continental para concretizar a acta sobre a cooperação na repressão das burlas em telecomunicações e cibernéticas, assinada em Setembro do ano passado. Acredita-se firmemente que, com o grande apoio do Ministério de Segurança Pública e dos órgãos de segurança pública do continente, a prevenção e o combate às burlas irão alcançar melhores resultados.

As associações, os vários sectores da sociedade e a comunicação social têm sido um parceiro firme e têm dado um sólido apoio à PJ no âmbito do cumprimento das atribuições legais. Perante uma conjuntura da segurança complexa e mutável, após a pandemia, a PJ prossegue o aprofundamento dos três conceitos policiais e está muito atenta às preocupações e às solicitações da comunidade e da população em relação à segurança, toma-se muita cautela nos

riscos relevantes para a segurança comunitária no contexto das mudanças da sociedade, aumentam-se os esforços para reprimir o fogo posto, crimes de droga e furtos em residência, entre outros crimes que podem surgir na comunidade, com vista a garantir a segurança pessoal e patrimonial da população. A PJ continua a desenvolver o papel de comunicação e dos efeitos de difusão da “Rede de comunicação com as escolas”, dos “Amigos de prevenção criminal na área da habitação”, “Amigos da prevenção criminal para mulheres” e a mobilização das forças da população para participar no trabalho policial. Até este momento, os projectos “Guia juvenil para combater o crime” e “Líder juvenil da segurança comunitária” já formaram mais de 2.500 jovens, através dos impactos entre amigos e do papel de vanguarda, aumenta o espírito de amor pela Pátria e por Macau, o sentido de prevenção criminal e o cumprimento da lei no seio das novas gerações.

A PJ está empenhada em desenvolver, ampliar e aprofundar a divulgação possível de informações e a desenvolver a cooperação com a comunicação social, com vista a manter o canal eficaz de divulgação que os meios de comunicação tradicional e a rede representam e para o uso proactivo das plataformas para a divulgação *online* de assuntos relacionados com polícia. Ao longo do ano, foi aberta a conta oficial nos “Canais do *WeChat*”, *Tik Tok*, “*Jinri Toutiao (Today's Headlines)*” e “*Xiaohongshu*”, através desse tipo de plataformas muito utilizadas, é possível intensificar progressivamente a eficácia do policiamento de proximidade e da sensibilização relativa à prevenção criminal.

No balanço do ano transacto, com a liderança do Secretário para a

Segurança e a coordenação dos Serviços de Polícia Unitários, a PJ, de acordo com as mudanças da situação da sociedade e da segurança, ajustou atempadamente as estratégias de trabalho, por iniciativa própria, adoptou medidas eficazes de execução da lei, o que ajudou a manter uma excelente conjuntura para uma sociedade segura e estável. Em 2024 irá celebrar-se o 75.º aniversário da implantação da República Popular da China, o 25.º aniversário do estabelecimento da RAEM, irá realizar-se a eleição do Chefe do Executivo do VI Governo da RAEM, entre outros eventos relevantes. A PJ irá, neste sentido, aumentar a recolha de informações, prevenir efectivamente a interferência e sabotagem de forças externas, efectuar, de forma abrangente, o planeamento para controlar os riscos, intensificará a prevenção e combate ao crime, de modo a salvaguardar, com empenho, a segurança do Estado e a estabilidade da região e garantir, com todos os esforços, a estabilidade a longo prazo de Macau e o bem-estar da população.